

Os povos são credores, não devedores: Dívidas sociais e ecológicas são a prioridade

Marcos Arruda*

Entre 9 e 11 de novembro de 2004 realizamos uma Oficina Internacional sobre a Auditoria das Dívidas, em Brasília. Éramos ativistas das Redes Jubileu Sul Brasil e Américas, professores universitários, religiosos e trabalhadores de vários campos, além de congressistas brasileiros. A campanha brasileira pela auditoria da dívida externa, lançada durante o Tribunal Internacional das Dívidas, em 1999, no Rio de Janeiro, tornou-se tema do primeiro Plebiscito Popular realizado em 2000, em todo o território nacional pela Campanha Jubileu 2000-Brasil.

Desde então, a Campanha passou a chamar-se Jubileu Sul, articulando movimentos e entidades nos vários continentes, em particular nas Américas. O questionamento das dívidas foi cada vez mais orientado para o fulcro da questão: o projeto neoliberal de império global dos Estados Unidos. Reconhecemos três estratégias complementares deste projeto: no campo político-financeiro, as dívidas; no campo econômico-comercial, a ALCA e os acordos bilaterais de livre comércio; e no campo militar, as diversas frentes de militarização do continente americano.

O evento de Brasília fez afirmações importantes: ao mostrar a interligação entre a prioridade orçamentária do pagamento de juros das dívidas financeiras, que tem locupletado os banqueiros e rentistas do Brasil e do mundo, e as seculares dívidas sociais e ecológicas, a Oficina demonstrou que *os povos da América Latina são credores, não devedores*. Por um lado, esses povos têm pagado quantias fabulosas durante décadas, por dívidas contraídas, muitas delas, por governos tiranos e ditatoriais, por outro seus direitos à vida, ao trabalho, a um ambiente saudável e a todas as condições básicas para garantir vida digna, desenvolvimento dos seus potenciais e plena participação cidadã na sociedade são negados à maioria. Os gastos com a dívida pública são entraves para a realização de investimentos em áreas como infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, segurança e habitação – todas elas geradoras de bem estar e de oportunidades de trabalho.

Fez parte da Oficina o Seminário Internacional “Ilegitimidade da Dívida: um Caso de Auditoria”, realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. A mesa de abertura contou com a fala do representante da OAB nacional, o advogado Arx Tourinho, que foi enfático em defender, em nome da sua entidade, uma auditoria oficial em obediência ao preceito da Constituição de 1988. As três mesas que se seguiram focalizaram a Ilegitimidade da dívida, os argumentos em favor da auditoria e o papel no Parlamento na formulação de uma política frente às dívidas. Desde então, a OAB lançou um Projeto de Lei para regulamentar o artigo sobre plebiscitos, referendos e ações populares.

Estes e outros temas são tratados pelos autores dos artigos que compõe este Informativo do PACS. Que sua leitura os anime a participar! ☺

* Economista e educador do PACS



Auditoria da Dívida Externa

Maria Lucia Fattorelli Carneiro*



A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais. A maioria dos recursos públicos têm sido destinados ao pagamento dos juros escorchantes dessa questionável dívida, impossibilitando a realização de investimentos promotores de crescimento econômico ou o desenvolvimento das políticas sociais. As consequências são graves para toda a sociedade. A evidência mais recente é a falta de recursos para um salário mínimo digno, mas encontram-se comprometidos todos os serviços essenciais de saúde, educação, segurança, moradia, saneamento, reforma agrária, infra-estrutura e demais serviços públicos. A Auditoria da Dívida é um mecanismo que permite enfrentar esse problema de forma soberana, trazendo à tona toda a verdade sobre esse processo de endividamento que historicamente vem espoliando nossas riquezas e aprofundando as injustiças. Enquanto não equacionarmos o problema da dívida pública, continuaremos assistindo o empobrecimento do nosso potencialmente rico país.

Em 2003, o governo federal destinou R\$ 132 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas R\$ 70,8 bilhões foram destinados à soma dos gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte.

De onde vem esta dívida?

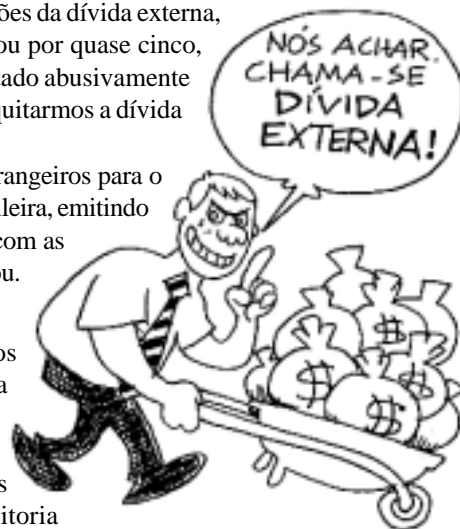
A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2003, a título de juros e amortizações da dívida externa, US\$ 170 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US\$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US\$ 100 bilhões.

Nos anos 90, a sustentação do plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das importações, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da Dívida Interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Assim, a dívida interna também se multiplicou.

Auditar a Dívida: questão de soberania

Antes de tomarmos qualquer posição frente ao endividamento, precisamos saber: Como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos, e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo? Essas são algumas perguntas que o grupo de estudos da “Auditoria Cidadã da Dívida” – Campanha Jubileu Sul - procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa.



A auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até hoje não cumprido. No ano 2000, mais de seis milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em novembro de 2004, a Ordem dos Advogados do Brasil decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

Enquanto não ocorre a auditoria oficial, o grupo de trabalho da “Auditoria Cidadã” tem acessado documentos e realizado estudos, visando a resgatar o processo histórico e, simultaneamente, tem acompanhado o comportamento do endividamento e seus mecanismos na atualidade, especialmente o risco-país e os sucessivos acordos com o FMI . Todos os trabalhos realizados são amplamente divulgados por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além da página na internet www.divida-auditoriacidada.org.br.

* Auditora-fiscal da SRF-MF, presidente do UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos auditores fiscais da Receita Federal - e Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul.

FMI: A submissão de Lula

Reinaldo Gonçalves*



Nos últimos 20 anos o Brasil tem sido o mais importante devedor do Fundo Monetário Internacional. O Brasil recebeu empréstimos no valor total de US\$ 58 bilhões, ou seja, cerca de 1/4 do valor total dos empréstimos concedidos pelo Fundo aos seus 14 principais clientes. Os recursos tomados emprestados pelo Brasil têm sido mais de 1,5 vezes aqueles obtidos pelo segundo maior devedor do FMI, que é a Argentina. E mais, vale destacar que, contrariamente a muitos dos devedores do Fundo, o Brasil fez pagamentos de juros e taxas ao FMI em todos os 21 anos do período em questão. Esse fato indica, na realidade, a enorme e crescente vulnerabilidade externa da economia brasileira na dimensão monetário-financeira ao longo de mais de duas décadas.

Esse longo e profundo envolvimento do Brasil com o FMI é particularmente preocupante quando se considera que há praticamente consenso global a respeito da ineficácia do FMI. Conforme afirma Peter Evans, economista norte-americano: "O Fundo está sob ataque tanto dos países do Norte quanto do Sul. No Sul ele é visto como 'guardião dos interesses dos credores internacionais', já que impõe políticas sobre os governos dos países do Sul, políticas essas que não somente causam devastação social mas também solapam as bases do desenvolvimento econômico."

Verifica-se, então, dois fatos relevantes: a crescente perda de credibilidade do Fundo, como resultado do fracasso das suas políticas, e a enorme dependência do Brasil (com seus resultados negativos) com relação ao FMI. Esses dois fatos indicam a importância do debate quanto ao envolvimento do Brasil com o FMI.

Em agosto de 2002 o governo brasileiro assinou mais um acordo com o FMI. O critério básico de desempenho – superávit primário (receitas menos despesas, excluídas as despesas com juros da dívida pública) – foi de 3,75% do PIB. Menos de três meses depois de eleito, o Presidente Lula firmou unilateralmente o compromisso com o FMI de aumentar o superávit primário para 4,25% do PIB. Esse aumento significou um corte de R\$ 14 bilhões do orçamento. Em setembro de 2004, sem consulta ao FMI, esse superávit foi elevado para 4,50%.

Em março de 2004, o presidente Lula telefonou para alguns chefes de Estado (inclusive, George W. Bush, presidente dos Estados Unidos) solicitando apoio para uma proposta brasileira de flexibilização dos acordos do FMI. Sem entrar em detalhes, o governo brasileiro fez referência à "nova modalidade de acordos preventivos e à flexibilização dos investimentos públicos em infra-estrutura para que estes deixem de ser contabilizados como despesas" (*O Globo*, 3 de março de 2004, p. 25).

Essa iniciativa de Lula causou estranheza pois o total do investimento público em infra-estrutura programado para 2004 tinha sido de R\$ 12 bilhões. E, portanto, o valor do aumento voluntário do superávit primário para 4,25% era equivalente ao limite máximo de flexibilização solicitado por Lula. Ou seja, Lula se comprometeu a aumentar voluntariamente o superávit em R\$ 14 bilhões em março de 2003, e um ano depois, solicitou a flexibilização (ou o "perdão") de no máximo R\$ 12 bilhões. Essa iniciativa de recuo expressa, de fato, a posição de grande fragilidade do ajuste macroeconômico de Lula.

Esse tipo de iniciativa de Lula mostra que o governo, além de replicar a política de ajuste macroeconômico do governo anterior, não tem uma estratégia consistente e eficiente de atuação junto ao FMI. No lugar do país ter uma posição firme quanto a reforma das instituições caquéticas de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), Lula perde-se em inócuas jogadas de marketing pessoal.

Nesse sentido, cabe mencionar que o governo brasileiro perdeu uma extraordinária oportunidade quando negou apoio explícito à Argentina no seu processo de renegociação da dívida externa junto aos credores privados. Vale destacar, ainda, a ausência de um posicionamento mais firme do governo brasileiro (que transcendesse a retórica de uma solidariedade genérica) a favor da Argentina nas suas negociações com o FMI em 2004. Nesses casos, Lula sinalizou claramente para os outros países em desenvolvimento que ele está numa posição de recuo e que esses países não devem contar com o Brasil no caso de estratégias de negociação mais firmes e consistentes com o FMI, outras organizações financeiras internacionais e, até mesmo, com os credores privados internacionais. ☹

* Professor titular, UFRJ

Seminário Internacional de Socioeconomia

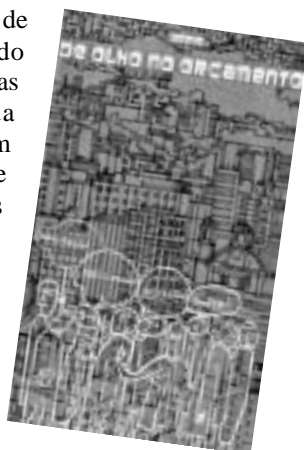
Oficinas, painéis de experiências, debates e Bial de livros e artigos da Economia Solidária fazem parte da programação do II Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral Democrático e Sustentável. Entre os temas a serem discutidos estão consumo ético e solidário, produção responsável, políticas públicas, economia solidária, desenvolvimento e cultura. Durante o evento será lançado o relatório do I Seminário realizado em 2003, o qual o PACS participou da equipe de relatoria. Acontece de 17 a 21 de janeiro 2005, em Mendes, no Rio de Janeiro. Mais informações no CEDAC-Centro de Ação Comunitária: (21) 2509 0263 ou pelo correio eletrônico: seminariointernacional@cedacnet.org.br

PACS no grupo ecumênico AGAPE

O PACS está participando da dinâmica de AGAPE-Globalização Alternativa que inclui os Povos e a Terra, promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas. A reunião tem como objetivo produzir um documento e uma declaração que chamam as igrejas a uma tomada de posição clara e firme contra a globalização neoliberal e a economia da morte que ela promove, e em favor de uma globalização cooperativa e solidária e de uma economia da vida. O documento coloca a economia solidária como um caminho para a superação do sistema do capital mundial e como uma forma concreta de vivência de Ágape (amor). A reunião de conclusão do documento ocorreu em Bossey, Suíça, entre 10 e 12 de janeiro de 2005.

De Olho no Orçamento

As articulações do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro e do Fórum Brasil do Orçamento, além das experiências de gestão participativa da Prefeitura de Recife e do Fórum Popular do Orçamento de Salgueiro (PE) estão retratadas nos vídeos da série *De Olho no Orçamento*. O material, produzido pelo PACS em parceria com outras entidades, foi distribuído para TVs universitárias e comunitárias de todo o Brasil. Para adquirir os vídeos, entre em contato pelo fone (21) 2210 2124 ou pelo correio eletrônico: comunicacao@pacs.org.br



Fotonovela com festa

Em clima de samba e chorinho o PACS lançou *Consuma que eu te devoro* – Uma fotonovela diferente para você refletir sobre o seu consumo diário e a atuação das empresas estrangeiras. O evento aconteceu no dia 20 de dezembro, em Santa Tereza, no Rio de Janeiro, e contou com a participação do Grupo Panela di Barro. A fotonovela está sendo distribuída gratuitamente para entidades que trabalham com a questão do consumo e da crítica à atuação das empresas estrangeiras. Para mais informações, entre em contato pelo fone (21) 2210 2124 ou pelo correio eletrônico: comunicacao@pacs.org.br

Fórum Social das Migrações

Às vésperas do FSM, acontece o I Fórum Social das Migrações, promovido por pastorais sociais, universidades, movimentos sociais, entidades e centros de estudo e pesquisa, em parceria com o Serviço Pastoral dos Migrantes. O Fórum, que tem como tema “Travessias na Desordem Global”, acontece em Porto Alegre, nos dias 23 a 25 de janeiro de 2005. A proposta é debater o significado dos intensos e crescentes fluxos migratórios no mundo atual, principalmente dos países pobres para os países ricos. Mais informações: www.migracoes.com.br

Fórum Social Mundial

O PACS participa do V Fórum Social Mundial em atividades como oficinas, seminários, painéis e mesa-redonda no tema da economia solidária e de seus eixos transversais, inserido no eixo “Economia Soberana”. O PACS também estará presente na Assembléia Continental da Campanha contra a Alca, Assembléia dos Povos do Sul Credores da Dívida Histórica, Social e Ambiental, da Assembléia da Marcha Mundial de Mulheres, da Assembléia Continental da Rede Jubileu Sul Américas e de atividades relacionadas ao Fórum Brasil do Orçamento.





Dívida social e ajuste fiscal

Sandra Quintela*

Você, eu e cada um/uma de nós nos deparamos cotidianamente com matérias em jornais, revistas e televisão anunciando com gritos de vitória que batemos o recorde em superávit primário; que existe a necessidade de mais austeridade no ajuste fiscal; que o FMI vem aqui a cada três meses verificar e aprovar ou não nossas contas, etc. Ao mesmo tempo, de forma aparentemente desconectada, são apresentados dados sobre a realidade brasileira, como por exemplo: renda do trabalhador cai pelo sétimo ano consecutivo; aumenta a pobreza, aumentam os conflitos na luta pela terra, etc.

Sem interligação explícita entre esses temas, parece que o aumento do superávit primário nada tem a ver com os conflitos agrários, ou a relação entre as vindas da missão do FMI para verificação de nossas contas públicas e a diminuição da renda do trabalhador(a).

Para começo de conversa, é bom afirmar e divulgar que o fato da situação social e econômica da maioria da população brasileira piorar tem tudo a ver com o aumento do superávit primário e com as medidas prescritas pelo FMI (com aval do Governo Federal). Por que isso acontece?

Com relação ao superávit primário, sempre que se fala nele o que de fato se está querendo dizer é que em 2004 R\$ 70.000.000.000, isso mesmo, bilhões, setenta bilhões de reais estão sendo retirados do que estava previsto no orçamento do governo federal para garantir o pagamento da dívida financeira. Esses R\$ 70 bi são retirados do que estava orçado em investimentos governamentais, por exemplo, em estradas, equipamentos modernos para a administração pública. São também retirados dos programas sociais e do custeio da máquina pública (por isso que servidor público não tem aumento de salário, há poucos concursos públicos, etc).

Ao invés de se fazer reforma agrária, por exemplo, e assentar ao menos 115 mil famílias previstas para 2004, o governo não chegará a assentar 20 mil famílias em função exatamente do superávit primário. O que quero dizer é que o problema não é a falta de dinheiro para assentar as 115 mil famílias este ano. O dinheiro existe só que ele serve para pagar a dívida financeira (externa e interna). E quem garante esse fluxo permanente de pagamento aos bancos e credores? E quem fiscaliza que a meta de 4,25% a ser atingida de superávit primário seja cumprida? Exatamente o Fundo Monetário Internacional através do acompanhamento minucioso de toda nossa contabilidade nacional.

Em nome do ajuste fiscal a dívida social cresce. Ajuste fiscal é um conceito que de longe parece positivo, afinal “ajustar” remete a idéia de colocar no lugar, adequar, acertar... O que nós queremos chamar a atenção é para as questões: ajustar o quê, para quem e como. O conceito de ajuste fiscal tem contribuído para que o foco do que realmente precisa ser desajustado seja a superação das desigualdades de renda e de riqueza que temos no Brasil e com isso o crescimento da dívida social.

Enquanto isso, outra idéia forte é divulgada amplamente pelos meios de comunicação. A idéia de que finalmente encontramos o caminho para o crescimento econômico graças aos sinais que indicam um pequeno aumento do PIB. Quando olhamos mais de perto os números vemos que grande parte desse crescimento vem das exportações do chamado agronegócio. Continuamos exportando produtos primários (soja, suco de laranja carne bovina e frango, etc) pra que com os recursos adquiridos em moeda estrangeira possamos pagar os juros da dívida externa. Para 2004 está previsto um superávit da balança comercial (exportações – importações) na ordem de US\$ 30 bilhões. Só em pagamento dos juros da dívida externa vamos consumir os mesmos US\$ 30 bi. Certamente a remessa de lucros para o exterior vai superar os US\$ 6,4 bi de 2003. Sem falar ainda em remessa de royalties, dividendos, juros entre companhias, etc... De onde vamos tirar tanta moeda estrangeira (dólar, principalmente) para fazer jus a estas despesas? O caminho que temos percorrido até agora é de novos empréstimos externos para cobrir o buraco das contas em divisas.

Até quando vamos continuar pagando a conta do banquete dos outros? Até quando a realização da auditoria da dívida externa vai ser adiada? Afinal, desde 1988 ela está prevista na Constituição brasileira. Temos o direito de saber para onde está indo o dinheiro público. Existe uma dívida enorme a ser paga e para saudar esta dívida é que devem fluir estes recursos públicos. Só que essa dívida não é a financeira. É a dívida social, é a dívida racial, é a dívida com as mulheres, é a dívida com os povos indígenas, é a dívida de terra para os sem terra, é a dívida de casa para os sem casa, os sem saúde, sem educação.

Não seria o momento de se realizar um “ajuste social e político” entre os países chamados devedores para que essas dívidas sociais sejam finalmente pagas? ☺

* Economista do PACS

Cada cidadão de Bangladesh consome em média cerca de 1 kg de papel por ano. O consumo médio de um cidadão do Brasil é de 27 kg. No Japão e nos Estados Unidos a média de consumo per capita é, respectivamente, de 222 e 308 kg de papel por ano!

Sabemos que dados pela média são bastante enganosos como retratos profundos da realidade. Os dados apresentados acima, no entanto, servem como indicadores da enorme desigualdade existente em escala planetária no que se refere ao consumo dos recursos naturais.

Essa desigualdade, apesar de manifestar-se também, em diferentes graus de intensidade, no interior de cada país, possui uma clara clivagem Norte-Sul. Um grupo pequeno de países do Norte, cuja população total não ultrapassa 20 % da humanidade, consome cerca de 80% da energia e dos recursos naturais utilizados no planeta a cada ano. E é responsável por cerca de 80 % da poluição e da degradação ambiental produzidas no mesmo período. A crise ecológica que hoje observamos, portanto, não é causada pelos acidentes ocasionais que tanta atenção despertam na mídia. É causada pela pressão cotidiana gerada por padrões de produção e consumo insustentáveis e irrealistas do ponto de vista de um planeta finito e limitado em seus recursos. A Terra está sendo destruída por uma fração minoritária da espécie humana, que necessita fazer com urgência um ajuste estrutural ecológico.

Um dos grandes desafios que nos espera no século XXI será o de superar o mito do crescimento ilimitado e discutir globalmente qual é o padrão de consumo socialmente digno e ecologicamente realista para todos seres humanos, considerando o imperativo de que este padrão seja democrático, ou seja, uma linha de dignidade e sustentabilidade acessível para o conjunto da humanidade.

Os estados e instituições financeiras de países da Europa Ocidental, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Japão tornaram-se credores, especialmente nas últimas décadas, de uma enorme dívida financeira devida por instituições financeiras e estados da América Latina, África e Ásia, uma dívida que desestabiliza as economias destes países e inviabiliza os investimentos sociais e ambientais de que eles tanto precisam. A idéia da Dívida Ecológica, que nasceu na América Latina nos anos oitenta e hoje está se tornando um importante instrumento de debate político em todo o planeta.

Em primeiro lugar, existe uma dívida ecológica histórica. O grande enriquecimento material e a elevação descontrolada dos padrões de consumo dos países do Norte não podem ser entendidos fora do legado do colonialismo e do imperialismo. Um cidadão da Europa de hoje, por exemplo, não pode dizer que nada tem a ver com a exploração predatória de recursos naturais e mão de obra escravizada cometida por seus antepassados, pois sem essa exploração a Europa e as neo-Europas não poderiam ser o que hoje são.

Existe, por outro lado, uma dívida ecológica atual, que aumenta a cada dia. Em primeiro lugar através da continuidade de projetos agressivos de exploração dos recursos naturais do Sul que destroem ecossistemas e modos de vida de populações locais. Os lucros são privatizados e globalizados, enquanto que a destruição é socializada e localizada. Em segundo lugar, para adotar padrões perdulários de consumo, as populações do Norte invadiram o espaço ecológico comum do planeta, que é uma herança coletiva da humanidade. O aquecimento global da atmosfera e a poluição generalizada é um claro exemplo desse fato, assim como a superapropriação de madeira, água, minérios e outros recursos naturais. Quem está pagando por essa superocupação do espaço ambiental da Terra por um grupo pequeno de países? Qual seria o valor monetário dessa ocupação?

Em 2.000, durante a reunião do Banco Mundial em Praga, foi criada uma iniciativa chamada Aliança dos Povos do Sul Credores da Dívida Ecológica, que busca fermentar o debate sobre o tema da Dívida Ecológica e subverter o caráter exclusivamente monetário que hoje domina a negociação sobre as dívidas. O que precisa ser negociado politicamente, de fato, é a sobrevivência da humanidade. E essa negociação precisa levar em conta todos os aspectos da história contemporânea. A dívida ecológica é um dado real dessa história, que em grande parte pode ser quantificado (apesar de que não queremos cair na armadilha de buscar a sua monetarização). Sem o seu enfrentamento político será impossível buscar um futuro sustentável para a humanidade. ☺

* Professor da UFRJ e membro do conselho de promotores da Aliança dos Povos do Sul Credores da Dívida Ecológica